

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SC 000202/F-1

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - SC

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.379	111.232	Fornecedores	14	185.167	102.416
Contas a receber de clientes	6	109.204	60.839	Empréstimos e financiamentos	17	19.864	16.003
Estoques	7	3.974	3.499	Passivo de arrendamento	11	1.962	2.156
Tributos a recuperar	9	97.171	7.813	Obrigações sociais e trabalhistas	18	13.318	10.719
Outras contas a receber		641	530	Obrigações tributárias	15	10.150	7.031
Despesas antecipadas	8	2.011	1.714	Dividendos a pagar	20.d	23.173	7.225
		240.380	185.627	Juros sobre capital próprio a pagar	20.d	15.475	10.364
				Participação financeira de clientes		939	163
						270.048	156.077
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos			
Aplicações financeiras	5	1.647	1.587	Passivo de arrendamento	11	2.459	4.215
Contas a receber de clientes	6	198.281	169.785	Provisão para contingências	19	3.015	3.887
Tributos diferidos	10	4.398	26.435	Cauções em garantia		2.530	1.559
Tributos a recuperar	9	84.879	2.592			83.972	92.250
Depósitos judiciais		2.343	2.389	Patrimônio líquido			
Outras contas a receber		475	66	Capital social	20	210.871	167.968
Despesas antecipadas	8	128	128	Reservas de lucros		173.135	160.481
Ativos setoriais - gás a compensar	12	58.648	23.267	Dividendos à disposição da A.G.O.		113.213	50.939
Imobilizado	11	3.499	5.278			497.219	379.388
Intangível	13	256.561	210.561				
		610.859	442.088				
Total do ativo		851.239	627.715	Total do passivo e patrimônio líquido		851.239	627.715

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida - Venda de gás	21.a	1.586.539	926.901
Receita de construção	21.b	71.574	45.505
		1.658.113	972.406
Custo dos produtos vendidos	22	(1.429.124)	(770.709)
Custo de construção	21.b	(71.574)	(45.505)
		(1.500.698)	(816.214)
Lucro bruto		157.415	156.192
Despesas operacionais			
Despesas de vendas	24	(7.861)	(8.861)
Despesas administrativas	23	(41.192)	(37.456)
Outras receitas/despesas operacionais	25	89.626	(6.203)
		40.573	(52.520)
Lucro líquido operacional antes do resultado financeiro		197.988	103.672
Receitas financeiras	26	45.898	2.223
Despesas financeiras	26	(8.683)	(5.298)
		37.215	(3.075)
Lucro líquido operacional antes dos impostos		235.203	100.597
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(50.438)	(4.635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(22.037)	(25.605)
Lucro líquido do período		162.728	70.357
Lucro líquido por ação		15,1382	6,5452

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do período	162.728	70.357
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>162.728</u>	<u>70.357</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social integralizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos à disposição da AGO	Total
		Legal	Estatutária	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	167.968	33.594	70.587	-	-	56.301	328.449
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas							
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	13.397	-	-	(13.397)	-
Reserva de Retenção Lucros	-	-	-	42.903	-	(42.903)	-
Lucro Líquido de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	70.357	-	70.357
Destinações							
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(10.364)	-	(10.364)
Imposto de Renda sobre JSCP	-	-	-	-	(1.829)	-	(1.829)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.225)	-	(7.225)
Dividendos à disposição da AGO	-	-	-	-	(50.939)	50.939	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	167.968	33.594	83.984	42.903	-	50.939	379.388
Aumento de Capital	42.903	-	-	(42.903)	-	-	-
Constituição de Reservas							
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Retenção Lucros	-	-	-	47.421	-	(47.421)	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	(3.518)	(3.518)
Lucro líquido de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	162.728	-	162.728
Destinações							
Reserva legal	-	8.136	-	-	(8.136)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.475)	-	(15.475)
Imposto de Renda sobre JSCP	-	-	-	-	(2.731)	-	(2.731)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(23.173)	-	(23.173)
Dividendos à disposição da AGO	-	-	-	-	(113.213)	113.213	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	210.871	41.730	83.984	47.421	-	113.213	497.219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	162.728	70.357
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido		
Depreciação de direito de uso	2.256	2.099
Amortização	30.730	30.704
Constituição/ (reversão) de provisão para perdas estimadas com créditos	2.000	980
Constituição/ (reversão) provisão para contingências passivas	(872)	(3.236)
Constituição/ (reversão) reconhecimento de <i>impairment</i>	-	5.812
Imposto de renda e contribuição social correntes	50.438	4.635
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.037	25.605
Atualização ship or pay e variação cambial commodity	-	(2.237)
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	3.700	3.938
Amortização custos dos empréstimos	2.104	(238)
Juros arrendamento direito de uso	448	775
Atualização de tributos a recuperar	(40.589)	-
Resultado Ajustado	234.980	139.194
Redução/(aumento) líquido nos ativos		
Contas a receber de clientes	(78.862)	(19.642)
Tributos a recuperar	(131.057)	(3.270)
Estoques	(475)	879
Creditos nas operações de aquisição de gás - SOP	-	3.172
Ativos setoriais - gás a compensar	(35.381)	(23.267)
Outras contas do ativo	(770)	3.412
(Redução)/aumento líquido nos passivos		
Fornecedores	82.751	(53.343)
Obrigações tributárias	128	(3.875)
Imposto de renda e contribuição social	(50.438)	(4.635)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.860	(1.354)
Juros sobre empréstimos	(4.718)	(173)
Outras contas do passivo	1.747	1.312
Juros pagos	(438)	(588)
	(214.653)	(101.372)
Caixa líquido gerado/(consumido) das atividades operacionais	20.327	37.822
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Titulos e Valores Mobiliários	(60)	12.423
Adições ao intangível	(75.987)	(46.456)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de investimento	(76.047)	(34.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio	(21.107)	(19.408)
Captação de empréstimos	11.355	54.693
Pagamento de arrendamentos	(2.437)	(2.086)
Amortização de empréstimos	(15.944)	(8.143)
Caixa gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	(28.133)	25.056
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(83.853)	28.845
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	111.232	82.387
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	27.379	111.232
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(83.853)	28.845

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
I - RECEITAS	2.169.568	1.245.901
Vendas de gás	1.998.492	1.189.533
Outras receitas	173.076	57.348
Perdas estimadas com créditos - Reversão (Constituição)	(2.000)	(980)
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.849.132)	(1.001.988)
Matérias-primas consumidas	(1.759.624)	(929.267)
Demais custos dos produtos vendidos	(11.362)	(10.084)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(78.146)	(62.637)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO (I + II)	320.436	243.913
IV - RETENÇÕES	(31.351)	(31.054)
Amortização / depreciação	(31.351)	(31.054)
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA (III + IV)	289.085	212.859
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	45.899	2.223
Receitas financeiras	45.899	2.223
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (V + VI)	334.984	215.082
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	334.984	215.082
Pessoal:	42.369	39.340
Remuneração direta	33.972	30.839
Benefícios	6.198	6.261
FGTS	2.199	2.240
Impostos, taxas e contribuições:	115.083	93.771
Federais	80.763	54.417
Estaduais	34.117	39.177
Municipais	203	177
Remuneração de capitais de terceiros	14.804	11.614
Juros	8.683	5.298
Aluguéis	6.121	6.316
Remuneração capitais próprios	162.728	70.357
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	38.648	17.589
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JSCP	2.731	1.829
Lucros/Prejuízos retidos	121.349	50.939

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS, sociedade de economia mista, foi criada em 25 de fevereiro de 1994 por meio da autorização conferida pela Lei nº 8.999/93. A Companhia possui como objeto a distribuição de gás canalizado, com exclusividade, em todo o estado de Santa Catarina, conforme estabelece a Lei nº 9.493/94, a qual estabelece a concessão desse serviço, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 25 da Constituição Federal.

O contrato de concessão, não oneroso, foi firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 (cinquenta) anos. A Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARESC é responsável por garantir a execução do contrato, regular, controlar e monitorar as operações de distribuição de Gás Natural em Santa Catarina.

Em 2021, foram distribuídos pela Companhia 803 milhões de metros cúbicos de gás natural¹, por meio de nove (9) unidades, denominadas “estações de transferência de custódia - ETC”, com extensão de 1.344 Km.

Em agosto de 2012, a instabilidade no ambiente regulatório motivou a Companhia a suspender a aplicação de uma importante política comercial de descontos, denominada “Plano de Fidelidade”, que vigorou por mais de uma década. Entretanto, alguns consumidores contestaram judicialmente a referida suspensão e, com base em liminares, seis clientes possuem ações judiciais e três ainda pagam as faturas com a aplicação dos descontos do Plano, por meio de depósito do valor em juízo. Em 31 de dezembro de 2021 o montante envolvido nessas discussões totalizou R\$198 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, o Capital Circulante Líquido - CCL da Companhia estava negativo no valor de R\$29,7 milhões (R\$29,6 milhões positivos em 31/12/2020). A variação é explicada, dentre outros fatores, pelo acréscimo ao custo do gás em função da alta do Petróleo *Brent*, do aumento do dólar e do preço do gás de ultrapassagem. A redução do CCL deve-se, ainda, à amortização das parcelas dos financiamentos mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 16/12/2021, a SCGÁS firmou com a Petrobras o contrato NMG 22-25, como resultado da Chamada Pública CP22. A Quantidade Diária Contratada (QDC) foi de 1.369.000 m³/dia para 2022, a qual será reduzida, gradualmente, para 890.000 m³/dia até 2025. O contrato possui prazo de 4 anos e o preço da molécula é indexado ao petróleo tipo *Brent* e à tarifa de transporte postal. O contrato se soma ao então vigente NMG 20-23, também firmado com a Petrobras, em 20/03/2020, com vigência até 31/12/2023, cuja QDC é de 800.000 m³/dia para os anos de 2022 e de 2023.

¹As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis, como metro cúbico ou km, entre outros, não foram revisadas pelos auditores independentes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)**

Acrescenta-se que, em 22/07/2021, foi assinado o contrato com a *NewFortress* para suprimento de GNL, com QDC de 150.000 m³/dia e vigência de até 5 anos, visando contornar o déficit da capacidade de transporte existente no sul do estado de Santa Catarina, por meio da injeção direta de GN na rede de distribuição.

A Lei Federal 14.134 de 8 de abril de 2021 (Lei do Gás) estabelece novas condições para o mercado de gás natural, observando as premissas de abertura de mercado, ampliação da concorrência e acesso às infraestruturas de transporte. Nesse contexto, o plano de negócios da Companhia está aderente às previsões legais e regulatórias vigentes.

Em relação à pandemia de COVID-19 e suas variantes, a Administração da Companhia elaborou a Instrução de Segurança IS-28, em que estabelece um conjunto de ações e de regras para enfrentamento da pandemia com o fim de evitar e/ou mitigar seu impacto nas atividades da Companhia. A Administração da SCGÁS também tem acompanhado e aprimorado medidas para prevenção, controle e atenuação dos riscos de transmissão do COVID-19 em ambientes de trabalho.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Diretoria de Administração e Finanças da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 13 de fevereiro de 2022, as quais serão apreciadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Somente as informações relevantes para as demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

O Real é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de real.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Todos os valores foram arredondados para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber de clientes;
- Nota Explicativa nº 10 - Impostos diferidos
- Nota Explicativa nº 13 - Intangível;
- Nota Explicativa nº 19 - Provisão para contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização das receitas e confrontação das despesas.

(i) Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e os benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

(ii) Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatório o registro das receitas e dos custos de construção.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta, conforme critérios previstos no edital, para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural - RDGN - é reconhecida integralmente como custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão.

Em virtude do descrito acima, a Companhia registra receitas de construção, tendo como contrapartida custos de construção de mesmo valor.

(iii) Instrumentos financeiros não derivativos

▪ **Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros;**

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- (a) Mensuradas ao custo amortizado;
- (b) Valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
- (c) Valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ativos financeiros	Descrição
Caixa e Equivalente de Caixa	Custo amortizado
Contas receber clientes - Circulante	Custo amortizado
Contas receber clientes - Não Circulante	Custo amortizado
Ativos setoriais - Gás a Compensar - Conta Gráfica	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Arrendamentos	Custo amortizado

▪ Mensuração subsequente;

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações contábeis de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a. Ativos financeiros ao custo amortizado: são mensurados conforme modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais em que os termos do contrato deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos de juros do valor principal.
- b. Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: quaisquer ativos financeiros que não possam ser classificados como mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados e reconhecidos como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros que são detidos para negociação e gerenciados com base no valor justo, também estão incluídos nessa categoria.
- c. Passivos financeiros: a Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, exceto por: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável, (iii) contrato de garantia financeira, (iv) compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (v) a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios, à qual deve ser aplicado o CPC 15.

▪ Redução ao valor recuperável “modelo de perdas de crédito esperadas”;

O CPC 48 adota modelo de perdas esperadas, em que se faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro, registrando-se os efeitos quando houver indicativos de perdas de crédito esperadas nos ativos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia identificou a necessidade de complemento das perdas estimadas com créditos em 31 de dezembro de 2021, conforme Nota Explicativa nº 6.

▪ **Capital social.**

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2021.

(v) Intangível

Contrato de concessão

A Companhia possui com o estado de Santa Catarina um contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás canalizado, no qual o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados, a que preço, bem como detém o direito à infraestrutura construída pela concessionária ao final do contrato. Por meio desse contrato, a concessionária tem o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

A Companhia reconhece como ativo intangível os valores despendidos para formação dos ativos reversíveis (infraestrutura) e passíveis de recuperação via tarifa em 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Na análise da vida útil estimada de seus ativos intangíveis, a Companhia considera, em atendimento às premissas do cálculo tarifário, os seguintes critérios: (i) a base de recuperação dos investimentos na infraestrutura e (ii) a manutenção do equilíbrio entre receita e custos da atividade, definindo a amortização pelo prazo de 10 anos, pois representa o consumo do seu benefício econômico e conseqüentemente a vida útil estimada de seu ativo intangível, gerados na formação dos bens reversíveis.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da sua vida útil estimada. Nesse sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência sua aderência ao negócio da Companhia.

(vi) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias auferidas e a estimativa para perdas.

(vii) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social dos exercícios corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% ao que exceder de R\$240, para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável, para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferido e as contribuições sociais corrente e diferida, sendo todos reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e se referem ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Um ativo de imposto de renda e de contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e de contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

(viii) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(ix) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque inclui os gastos incorridos na aquisição de estoques, custo de produção e de transformação e outros custos incorridos para trazê-lo à localização e à condição pretendidas pela Companhia.

(x) Benefícios a empregados

▪ **Benefícios de curto prazo a empregados;**

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

▪ **Planos de contribuição definida.**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego pelo qual uma empresa paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições, para um plano de contribuição definida, cujos vencimentos são maiores que 12 meses após o final do período durante qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos de contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões;
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

(xi) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

(xii) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a adequação do valor devido à Companhia sob condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

O modelo utilizado pela Companhia está de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no CPC 48 e a análise das condições que podem identificar mudanças de risco de recebimento é verificada ao menos uma vez ao ano e leva em consideração três variáveis: a) análise de eventos passados; b) condições atuais; e c) previsão de condições econômicas futuras. Portanto, em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, como expediente prático, a Companhia mensura e reconhece no resultado o produto da análise das efetivas perdas ocorridas nos últimos (5) cinco anos, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A Média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicada sobre a carteira de clientes, encontrando-se, assim, o percentual de estimativa de perda a ser utilizado como *Impairment* dos seus ativos financeiros em suas demonstrações contábeis.

▪ **Ativos não financeiros.**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC - exceder o seu valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece o modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental do CPC 47 consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- Passo 3: Determinar o preço da transação;
- Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com esse Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente.

Nesse sentido, a Companhia reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

- Venda de gás canalizado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21a;
- Construção da infraestrutura para o Poder Concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21b.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

Os administradores avaliaram a receita proveniente da construção da infraestrutura para o Poder Concedente, visto que se trata de requerimento contábil exigido pelo ICPC 01, a fim de expressar o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis junto ao Poder Concedente. A transferência do controle ocorre no momento da construção. A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

Os administradores da Companhia também avaliaram as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entendem que elas representam obrigações de desempenho, as quais deverão ser reconhecidas no momento em que a entrega do gás e/ou o serviço for realizada.

(xiii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A SCGÁS, na qualidade de arrendatária, reconhece o ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e o passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos relativos aos contratos de arrendamento. Quanto às despesas relacionadas a esses ativos, a Companhia reconhece, mensalmente, a depreciação e a despesa financeira sobre as obrigações decorrentes dos contratos, tendo como contrapartida o passivo de arrendamento.

Atualmente, a Companhia mantém contratos de arrendamento de imóveis e de veículos. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e podem conter uma ampla variedade de condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

(xiv) Ativos e Passivos setoriais - Conta Gráfica

A Resolução da Agência Reguladora ARESC Nº 73, em vigor desde 17 de novembro de 2016, estabeleceu mecanismo de atualização e de recuperação das variações do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado no estado de Santa Catarina.

Os ativos e passivos setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre o custo do gás estabelecido no contrato de concessão e regulamentado pela Resolução nº 73/16, e o custo do gás efetivamente contemplado na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Por meio desse mecanismo, as variações entre os valores mensais pagos ao supridor e os valores repassados aos usuários nas tarifas, são apuradas e formam um saldo a ser repassado periodicamente (pelo menos a cada seis meses).

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

O saldo acumulado, corrigido pela Selic, é apurado a cada semestre, sendo dividido pelo volume de vendas projetado para o semestre seguinte, constituindo uma parcela de recuperação, positiva ou negativa, que é adicionada/reduzida ao/do custo do gás fixado em tarifa para o semestre seguinte (que é fixado com base na projeção de custo para este semestre no momento da definição do repasse periódico). Adicionalmente, existe a possibilidade de realização de repasse excepcional ou extraordinário desses saldos, desde que ocorram variações significativas no custo do gás que justifiquem a movimentação tarifária.

Assim, essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito, quando o custo realizado é maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando o custo é inferior ao contemplado na tarifa. Conforme disposto ainda na Resolução nº 73/16, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão farão parte do cálculo final da indenização à Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	27	11
Bancos conta movimento	3.781	37.394
Aplicações financeiras (i)	23.571	73.613
Numerários em trânsito (ii)	-	214
	<u>27.379</u>	<u>111.232</u>

Os saldos dos bancos conta movimento têm por objetivo, principalmente, o pagamento das faturas de gás natural.

- (i) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa;
- (ii) Trata-se de valores recebidos de clientes até 31 de dezembro, porém, em trânsito, devido à conferência por parte da instituição financeira, a qual possui o prazo de D+1 para a liberação desses valores em conta corrente.

As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são remuneradas em bases que variam de 95% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI):

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil	CDB	95% a 97% CDI	14.581	36.610
Caixa Econômica Federal	FIC Giro RF DI LP	96% a 98% do CDI	8.990	37.003
Total			<u>23.571</u>	<u>73.613</u>

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

5. Aplicações financeiras

Instituição	Tipo de aplicação	Taxa	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal	CDB Flex	98% do CDI	1.647	1.587
Total			1.647	1.587

A Companhia possui uma aplicação garantidora referente ao financiamento firmado junto ao BNDES (Projeto 3), que deve assegurar o valor equivalente a três vezes a última amortização mensal e os juros e outros encargos decorrentes dos financiamentos. Os recursos da conta reserva permanecerão bloqueados, em favor da BNDESPAR e do BNDES até a liquidação de todas as obrigações decorrentes desse contrato, facultada a sua aplicação financeira em fundos lastreados em títulos públicos federais. Essas aplicações financeiras, contabilmente classificadas no longo prazo, são remuneradas em bases que variam de 96% a 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Distribuição de gás canalizado	312.704	233.843
(-) Constituição de provisão para perdas estimadas com créditos (i)	(5.219)	(3.219)
Total	307.485	230.624
Circulante	109.204	60.839
Não circulante (ii)	198.281	169.785

(i) Provisão para Perdas Estimadas com Créditos

As provisões para perdas estimadas com créditos são constituídas em montante considerado adequado para recuperação de créditos considerados duvidosos. Em função das suas políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o produto da análise das efetivas perdas ocorridas nos últimos (5) cinco anos, considerando, também, as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada dessa análise foi aplicada sobre a carteira de clientes, chegando-se ao percentual de 4,56%, considerado como estimativa de perda reconhecida nas demonstrações contábeis.

Demonstra-se a seguir a movimentação das Perdas Estimadas com créditos:

	2021	2020
Saldos nos inícios dos exercícios	3.219	3.772
Perdas constituídas no exercício	2.000	980
Baixa de títulos considerados incobráveis	-	(1.533)
Saldos nos finais dos exercícios	5.219	3.219

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

(ii) Plano de Fidelidade

O valor registrado no ativo não circulante, no montante de R\$198 milhões, refere-se a títulos a receber de clientes que entraram com ação judicial na Comarca de Florianópolis, em que questionavam a suspensão do plano de fidelidade. Tais clientes obtiveram liminares que concederam o direito de depósito regular em juízo do valor que corresponderia ao referido desconto do plano de fidelidade, o que representa em média um percentual de 12,6% da fatura total.

Em 26/01/2022, por meio do Despacho/Decisão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi revogada a liminar concedida a um dos clientes. Na Decisão, foi deferida a liberação de 50% dos valores depositados em juízo pelo cliente, os quais foram liberados para pagamento à Companhia na data de 07/02/2022.

Os valores depositados pelos clientes em conta judicial, atualizados monetariamente, totalizam, em 31/12/2021, o montante aproximado de R\$248 Milhões. Entretanto, a administração decidiu não reconhecer qualquer receita financeira dessas contas a receber pelo fato de levar em consideração incertezas de realização do valor total a ser resgatado pela SCGÁS, apesar de se fundamentar em parecer jurídico que aponta probabilidade de remota perda das ações.

Apesar de haver pequenas diferenças entre decisões liminares, todas elas, sem exceção, condicionaram suas eficácias aos depósitos judiciais para garantir que a Companhia receba integralmente os valores controversos e não pagos em razão das liminares. Durante os últimos anos, a Companhia assinou renegociação com alguns clientes, os quais retiraram as ações judiciais que moviam contra a Companhia referentes à suspensão do Plano de Fidelidade.

Ressalta-se que, com base em parecer jurídico interno, no qual se opina no sentido de ser remota a possibilidade de perda das ações, tais valores não são tratados como inadimplência e, dessa forma, não são objeto de constituição de perdas estimadas.

7. Estoques

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estoque operação e manutenção	2.956	2.944
Estoque de gás natural	1.018	555
	<u>3.974</u>	<u>3.499</u>

8. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de passagem a apropriar (i)	1.102	951
Prêmios de seguros	239	188
Comissões	174	164
IPTU	-	103
Licenças de software a apropriar	370	413
Assinaturas e anuidades	209	9
Outros	45	14
	<u>2.139</u>	<u>1.842</u>
Circulante	2.011	1.714
Não Circulante	128	128

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

- (i) Devido às características de sua expansão da infraestrutura de gasodutos, a Companhia utiliza a área de faixa de domínio das rodovias federal e estadual e, por questões contratuais, paga aluguel pelo uso desses espaços.

9. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS	8.036	587
IRPJ/CSLL antecipados	10.942	3.301
INSS	8	2
ICMS - normal e CIAP	23.554	6.515
Exclusão ICMS BC PIS-COFINS (i)	139.510	-
	182.050	10.405
Circulante	97.171	7.813
Não Circulante	84.879	2.592

- (i) Em 2007, a SCGÁS ajuizou ação de procedimento ordinário, na qual requeria a exclusão dos valores relativos ao ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e a compensação das parcelas recolhidas indevidamente a esse título. Em 11/03/2021, o processo teve seu trânsito em julgado, com decisão favorável à Companhia. Assim, a SCGÁS contratou empresa especializada para levantar o montante a ser recuperado e, em julho de 2021, protocolou pedido de habilitação dos créditos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme procedimento previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017 (posteriormente revogada pela Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021). Em 31/08/2021, a SRFB emitiu o Despacho SRFB nº 588/2021, com deferimento favorável. Dessa forma, a Companhia reconheceu o montante de R\$137,2 milhões a título de tributos a recuperar. Os créditos tributários são mensalmente atualizados mediante aplicação da taxa SELIC e estima-se que sejam recuperados, por meio de compensação, até 2024.

A seguir, a discriminação do saldo dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS em 31/12/2021.

Descrição	Valor
Valor original	99.100
Atualização	40.410
Total	139.510

10. Tributos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas.

A composição dos tributos diferidos durante o exercício é a seguinte:

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contingências passivas	1.025	1.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.774	1.094
Mudança de critério da amortização	-	(14)
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	1.522	23.955
Outras provisões	77	78
	4.398	26.435
IRPJ Diferido	3.221	19.429
CSLL Diferida	1.177	7.006

Segue a movimentação referente aos saldos dos tributos diferidos.

	Imposto de Renda Diferido		Contribuição Social Diferida	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19.429	-	7.006	-
Provisão para contingências passivas	(218)	-	(78)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	500	-	180	-
Mudança de critério da amortização	9	-	3	-
Prejuízo fiscal IRPJ e Base negativa CSLL	(16.499)	-	(5.934)	-
Outras provisões	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.221	-	1.177	-

11. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é composto por direitos de uso relativos a contratos de aluguéis de imóveis e de veículos. Em conformidade com a adoção do CPC 06 (R2), os efeitos sobre as demonstrações contábeis estão apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Bens de Direito de Uso - Arrendamento		
Saldo inicial	5.278	4.388
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	-	1.417
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	-	1.330
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	-	155
Reajuste Aluguel de Edificações - Almoxarifado	90	-
Reajuste Aluguel de Veículos	387	87
Depreciação	(2.256)	(2.099)
Total	3.499	5.278
Passivo de Arrendamento		
Saldo Inicial	6.371	5.281
Reconhecimento Inicial Aluguel de Veículos	-	1.417
Reconhecimento Inicial Aluguel de Edificações	-	1.498
Reajuste Aluguel de Edificações - Sede	-	174
Reajuste Aluguel de Edificações - Almoxarifado	99	-
Reajuste Aluguel de Veículos	387	87
Pagamentos	(2.874)	(2.674)
Juros Incorridos	438	588
Total	4.421	6.371
Circulante	1.962	2.156
Não Circulante	2.459	4.215

Demonstra-se a seguir o montante do saldo de passivo de arrendamento por ano de vencimento:

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Ano	Valor
2022	1.962
2023	1.801
2024	626
2025	32
Total	4.421

12. Ativos setoriais - gás a compensar

Os ativos e passivos setoriais - conta gráfica - têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função da diferença entre o custo de gás efetivo observado pela Companhia e os contemplados na tarifa, com base nas resoluções emitidas pela ARESC.

A seguir demonstra-se a movimentação da conta gráfica:

	2021	2020
Saldos nos inícios dos exercícios	23.267	-
(+) Adições	68.311	23.267
(-) Repasses	(32.930)	-
Saldos nos finais dos exercícios	58.648	23.267

13. Intangível

Descrição	Taxa anual de amortização	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	-	388	388
Tubulações	10%	580.624	514.117
Aparelhos, máquinas e equipamentos	10%	81.591	77.118
Sistemas e equipamentos de informática	10%	6.990	6.939
Software	10%	1.928	1.924
Sistema de gestão	10%	4.714	4.529
Equipamentos e móveis administrativos	10%	1.903	1.837
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.128	1.105
Intangível a amortizar	-	65.267	59.846
Valor contábil bruto		744.533	667.803
(-) Amortização acumulada		(487.972)	(457.242)
Valor contábil líquido		256.561	210.561

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

A movimentação ocorrida exercício de 2020 se deu como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reclassificação	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2020
Terrenos	388	-	-	-	-	-	388
Tubulações	125.507	-	(66)	(16)	32.339	(28.118)	129.646
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.162	938	(675)	(32)	1.893	(1.884)	13.402
Sistemas e equipamentos de informática	2.956	176	-	-	-	(487)	2.645
Software	59	359	-	-	-	(72)	346
Sistema de gestão	3.336	201	(15)	-	-	-	3.522
Equipamentos e móveis administrativos	295	81	(9)	-	-	(55)	312
Benfeitorias em imóveis de terceiros	540	-	-	-	-	(87)	453
Intangível a amortizar	49.483	44.701	(153)	48	(34.232)	-	59.847
Total	195.726	46.456	(917)	-	-	(30.704)	210.561

A movimentação ocorrida exercício de 2021 se deu como segue:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reclassificação*	Devolução estoque	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Terrenos	388	-	-	-	-	-	388
Tubulações	129.646	-	(14)	(51)	66.578	(28.371)	167.788
Aparelhos, máquinas e equipamentos	13.402	2.963	(56)	(83)	2.558	(2.650)	16.134
Sistemas e equipamentos de informática	2.645	51	-	-	-	(452)	2.244
Software	346	3	-	-	-	(52)	298
Sistema de gestão	3.522	185	-	-	-	-	3.707
Equipamentos e móveis administrativos	312	80	(2)	-	-	(61)	329
Benfeitorias em imóveis de terceiros	453	24	-	-	-	(71)	406
Intangível a amortizar	59.847	74.632	(221)	145	(69.136)	-	65.267
Total	210.561	77.938	(293)	11	-	(31.656)	256.561

* Reclassificação são referentes à transferência para a conta contábil de alienação em curso no Ativo Realizável a Longo Prazo, os quais serão alocados ao resultado quando concluindo o processo administrativo de venda ou baixa.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

A Companhia reconhece como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás, vinculada à prestação do serviço especificado no contrato de concessão.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação de dois componentes: (i) custos e despesas operacionais; e (ii) remuneração do capital investido, composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida no respectivo Contrato de Concessão.

A amortização do direito de prestar o serviço de distribuição está intrinsecamente relacionada ao consumo dos benefícios econômicos representados pelo ativo. Em virtude disso e do que está determinado no Contrato de Concessão, para o cálculo da tarifa de distribuição do gás canalizado, a Companhia amortiza os bens de concessão com a taxa de 10% ao ano, sendo essa alocada aos custos dos serviços prestados. Cumpre destacar que o prazo de concessão é de 50 (cinquenta) anos, contados a partir de 28 de março de 1994.

Todos os bens da Companhia serão reversíveis ao poder concedente ao término do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes do prévio pagamento de indenização devido à Companhia. Em virtude da taxa de amortização utilizada, no término da concessão os ativos já estarão totalmente amortizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía valores a receber do poder concedente.

14. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedor de gás - Petrobras	171.201	96.870
Fornecedores de materiais e serviços	13.966	5.546
	<u>185.167</u>	<u>102.416</u>

15. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
PIS/COFINS	-	174
ICMS	4.943	3.241
Tributos sobre a folha de pagamento	1.806	1.546
Tributos retidos na fonte	3.401	2.070
	<u>10.150</u>	<u>7.031</u>

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Reconciliação do IR/CSLL		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	235.204	100.597
Alíquota - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	(79.969)	(34.203)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Adições		
Despesa com depreciação - CPC 06	(767)	(712)
Despesa financeira - CPC 06	(149)	(200)
Outras despesas ineducutíveis	(577)	(225)
Exclusões		
Juros sobre Capital Próprio	6.190	4.146
Reversão da despesa de aluguel - CPC 06	917	851
Benefícios Fiscais	1.880	104
Imposto de Renda e Contribuição Social - despesa efetiva	(72.475)	(30.240)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(50.438)	(4.635)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(22.037)	(25.605)
Taxa efetiva - %	30,81%	30,06%

17. Empréstimos e financiamentos

Os recursos do financiamento junto ao BNDES referentes ao projeto 3 são decorrentes da emissão de 268.170 debêntures com valor nominal de R\$ 100,00 e foram utilizados para financiar o Plano de Investimentos da Companhia referente ao período de 2013 a 2015, o qual contempla a expansão, a modernização e a adequação da Rede de Distribuição de Gás Natural dentro da área de concessão.

Os recursos do financiamento junto ao BNDES relativos ao projeto 4 referem-se ao contrato assinado em 02 de janeiro de 2019, que estabelece a liberação de R\$ 102 milhões, para fazer face ao Plano de Investimentos da Companhia relativo ao período de 2016 a 2020. Em agosto de 2019, houve a liberação da primeira parcela, no montante de R\$ 35,3 milhões. Em junho de 2020, houve a liberação da segunda parcela, no montante de R\$29,9 milhões, e, em novembro de 2020, a liberação da terceira parcela, de R\$25,3 milhões. Por fim, em novembro de 2021, foi liberada a quarta parcela, no valor de R\$ 11,6 milhões.

Tipo	Encargos financeiros	Vencimento	31/12/2021	31/12/2020
	2,09% ao ano mais			
BNDES 3	SELIC	16/05/2022	1.123	3.805
BNDES 3	2,09% ao ano mais TJLP	16/05/2022	1.165	3.959
BNDES 4	2,10% ao ano mais SELIC	30/04/2027	47.881	45.555
BNDES 4	1,95% ao ano mais TJLP	30/04/2027	47.071	46.817
(-) Custo da transação a amortizar			(1.408)	(1.544)
Total			95.832	98.592
Circulante			19.864	16.003
Não Circulante			75.968	82.589

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Para a liberação das parcelas, a Companhia incorreu em custos com comissões e com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), os quais, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1), devem ser apropriados ao resultado durante o período do contrato considerando-se o método dos juros efetivos. Tal sistemática considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) para apropriação dos encargos financeiros durante a vigência do financiamento.

As liberações de recursos relativas ao Projeto 4 foram subdivididas em dois subcréditos, sendo que o subcrédito “A” tem como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e o “B”, é indexado à SELIC. Assim, para o cálculo dos custos de transação a serem reconhecidos no resultado foram calculadas duas Taxas Internas de Retorno (TIR). Abaixo, seguem os custos de transação atribuíveis às liberações relativas ao Projeto 4, bem como as TIRs calculadas para cada subcrédito.

a. Custo transação primeira parcela projeto 4

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	476	0,6198
URTJLP	495	0,6790

b. Custo transação segunda parcela projeto 4

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	275	0,3959
URTJLP	287	0,5960

c. Custo transação terceira parcela projeto 4

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	233	0,3733
URTJLP	243	0,5580

d. Custo transação quarta parcela projeto 4

	Custos de Transação	TIR (%)
SELIC	140	0,4065
URTJLP	142	0,6630

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram apropriados ao resultado R\$ 358 mil referentes a custos de transação. Os valores a serem reconhecidos em períodos subsequentes estão especificados a seguir.

Ano	SELIC	URTJLP	Total
2022	206	178	384
2023	196	179	375
2024	138	141	279
2025	104	106	210
2026	71	65	136
2027	12	12	24
	727	681	1.408

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

As garantias contratuais do financiamento de longo prazo junto ao BNDES projeto 3 estão vinculados à conta corrente, na qual deverão transitar no mínimo R\$15 milhões em recebíveis, e à conta de aplicação financeira, que deverá manter saldo de no mínimo valor equivalente a três vezes a última amortização mensal e aos juros e outros encargos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da aplicação era de R\$1.647 mil. Quanto ao financiamento referente ao Projeto 4, as garantias contratuais correspondem a fianças bancárias junto aos Bancos ABC Brasil, Alfa e Safra.

As projeções do montante do saldo a pagar ao fim de cada ano do financiamento de longo prazo junto ao BNDES* têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	SELIC	TJLP	Total
2022	42.484	38.245	80.729
2023	35.659	29.420	65.079
2024	27.292	20.590	47.882
2025	17.045	11.768	28.813
2026	4.652	2.942	7.594

(*) Encerramento dos contratos em abril de 2027.

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários a pagar	140	10
Férias a pagar	3.847	3.411
13º salário a pagar	15	3
Honorários a pagar	3.749	4.379
Participação lucros e nos resultados	4.240	1.737
Provisões trabalhistas	1.327	1.178
	13.318	10.719

19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais nas áreas cível, trabalhista e tributária. Com base no CPC 25 e na opinião da assessoria jurídica da Companhia, foi constituída provisão para essas contingências no montante de R\$3.015 mil (R\$3.887 mil em 31 de dezembro de 2020).

Demonstra-se a seguir o detalhamento das contingências da Companhia:

Causa	Civil	Trabalhista	Tributária	Total
Provável	1.503	1.512	-	3.015
Possível	2.744	333	3.152	6.229
Remota	298.685	5.429	-	304.114
	302.932	7.274	3.152	313.358

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

A seguir segue a movimentação da provisão para contingências:

	2021	2020
Saldo anterior	3.887	7.124
(+) Adições	-	93
(-) Baixas	(872)	(3.330)
Saldo final	<u>3.015</u>	<u>3.887</u>

As informações e os valores apresentados estão em constante mutação, sendo avaliados a cada decisão judicial proferida ou manifestação de relevância jurídica capaz de provocar alterações no resultado. Os números apresentados no relatório de contingências jurídicas não apresentam relevância jurídica capaz de comprometer minimamente a estabilidade financeira da Companhia.

A Companhia possui registrado o montante de R\$2.343 mil (R\$2.389 mil em 31 de dezembro de 2020) a título de depósitos judiciais, os quais foram efetuados no decorrer das ações trabalhistas com as quais a Companhia está envolvida.

20. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social possuía o montante de R\$210.871 mil (R\$167.968 mil em 31 de dezembro de 2020). O aumento do capital social, no valor de R\$42.903 mil, foi autorizado pela AGE de 29/04/2021, sendo proveniente da reserva de retenção de lucros. O capital social subscrito está totalmente integralizado, sendo composto por 10.749.497 ações com valor nominal de R\$19,6168721094578, das quais 3.583.167 são ordinárias e 7.166.330 são preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2020), assim distribuídas:

	Quantidade de ações			Participação
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc	1.827.415	-	1.827.415	17
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	824.128	3.583.165	4.407.293	41
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	824.128	3.583.165	4.407.293	41
Infraestrutura de Gás para a Região Sul - Infragás	107.496	-	107.496	1
	<u>3.583.167</u>	<u>7.166.330</u>	<u>10.749.497</u>	<u>100</u>

Aos acionistas são garantidos estatutariamente dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária e do estatuto social da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)**

Em fevereiro de 2013, a Procuradoria Geral do estado de Santa Catarina - PGE, representando o Governo do estado de Santa Catarina e as Centrais Elétricas S.A. - CELESC, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. e a Infragás S.A., questionando, dentre outros assuntos, acerca da transferência do controle acionário da Companhia e do acordo de acionistas firmado em 1994. Em março de 2013, o juízo de 1º grau concedeu liminar favorável aos autores. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro, em 2ª instância, ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar. Em dezembro de 2015, foi publicada sentença de mérito em favor dos autores, pelo juízo de 1º grau, tendo os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro apresentado os recursos judiciais cabíveis. Em 2018 os recursos da Mitsui e Gaspetro foram providos, julgando improcedentes os pedidos da inicial do estado e da Celesc. Dessa decisão, o estado de Santa Catarina interpôs recuso especial e extraordinário e a Celesc interpôs recurso especial, os quais ainda estão pendentes de julgamento.

a. Reserva legal

A Reserva é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Dessa forma, após a apuração do resultado do exercício de 2021 foi destinado à Reserva Legal o montante de R\$8.136 mil.

b. Reserva de retenção de lucros

A constituição de reserva de retenção de lucros destina-se à aplicação em investimentos relacionados à distribuição de gás natural, previstos em orçamento de capital, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (alterado pela Lei nº 10.303/2001).

c. Reserva estatutária

Em 28 de abril de 2014, por meio de Assembleia Geral Ordinária, a Companhia instituiu a reserva estatutária, destinada à retenção de parcela do lucro não realizada financeiramente em decorrência da ação judicial em curso relativa ao plano de fidelidade, com consequente alteração do seu estatuto social. Tal reserva é limitada ao valor total não realizado financeiramente, líquido dos efeitos fiscais, devendo ser observado, ainda, o limite de 50% do montante do capital social. A realização da reserva ocorrerá quando do trânsito em julgado da referida ação judicial.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrado no Passivo o montante de R\$38.648 mil, a título de dividendos mínimos obrigatórios a pagar, sendo que, deste valor, R\$15.475 mil são relativos a Juros sobre o Capital Próprio, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, de acordo com o seu estatuto social e a Lei nº 6.404/76.

A seguir, demonstra-se a memória para o cálculo dos dividendos obrigatórios:

	<u>Valor (R\$)</u>
Lucro do período	162.728
Reserva Legal - 5%	(8.136)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	154.592
Juros sobre o Capital Próprio	15.475
Dividendos Propostos	23.173
Dividendos Mínimos Obrigatórios - 25%	<u>38.648</u>

21. Receita

a. Receita líquida - Venda de gás

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da Receita bruta estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta	1.998.492	1.189.636
Devolução vendas	-	(103)
ICMS sobre vendas	(245.927)	(155.439)
PIS sobre vendas	(29.615)	(19.121)
COFINS sobre vendas	(136.411)	(88.072)
Receita Líquida	<u>1.586.539</u>	<u>926.901</u>

b. Receitas e custos de construção

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de construção	71.574	45.505
(-) Custo de Construção	(71.574)	(45.505)
Receita Operacional Líquida de Construção	<u>-</u>	<u>-</u>

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

22. Custo dos produtos vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de Aquisição Gás Natural	(1.373.793)	(718.340)
Custo de Pessoal	(9.218)	(7.476)
Materiais	(718)	(801)
Serviços de Terceiros	(10.606)	(9.256)
Direitos de Passagem	(5.655)	(5.855)
Gerais	(39)	(26)
Amortização	(29.095)	(28.955)
Total	(1.429.124)	(770.709)

23. Despesas administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	(23.573)	(21.468)
Despesas com benefícios	(3.603)	(3.452)
Treinamento	(385)	(126)
Serviços	(5.283)	(3.997)
Aluguéis	(466)	(461)
Despesas com apólices de seguros	(361)	(287)
Materiais de manutenção	(104)	(121)
Viagens e representações	(96)	(47)
Veículos operação	(153)	(110)
Despesas com Depreciação	(2.256)	(2.099)
Despesas legais e judiciais	(88)	(3.328)
Despesas gerais	(2.915)	(1.960)
Despesas institucionais	(1.908)	-
Total	(41.191)	(37.456)

24. Despesas de vendas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	(6.213)	(7.035)
Despesas com benefícios	(980)	(1.169)
Serviços	(522)	(572)
Viagens e representações	(13)	(26)
Despesas gerais	(133)	(59)
Total	(7.861)	(8.861)

25. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão/reversão com impairment SOP	-	(5.640)
Penalidade Contratual	620	1.873
Tributos e taxas	(9.089)	(4.893)
Provisão/reversão para contingências jurídicas	872	3.237
Outras provisões	(2.008)	(993)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS	99.100	-
Outras receitas	131	213
Total	89.626	(6.203)

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

26. Resultado financeiro

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	4.329	1.674
Juros / multa de clientes	895	442
Receita com Correção Monetária (i)	40.410	-
Outras receitas financeiras	264	106
Total	45.898	2.223
Despesas Financeiras		
Juros e taxas de financiamentos	(6.810)	(4.473)
Variações Monetárias e Cambiais	(438)	(588)
Outras despesas financeiras	(1.435)	(236)
Total	(8.683)	(5.298)
Resultado financeiro	37.215	(3.075)

- (i) Valor se refere ao reconhecimento da atualização de tributos a recuperar devido à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e de COFINS, conforme Nota Explicativa nº 9.

27. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

28. Partes relacionadas

O controle da Companhia é compartilhado entre Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - Celesc, Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S/A.

a. Remuneração - Conselho de administração e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e os Diretores, estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Conselho de Administração	212	222
Diretores	1.224	1.228
Total	1.436	1.450

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

b. Transações com partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas compreendem os saldos a receber e a pagar decorrentes de operações comerciais de compra e de venda de gás natural com empresas pertencentes à Petrobras.

Composição dos saldos	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobrás	171.201	96.870
Reembolso Diretor cedido Petrobrás	1.853	2.161
Reembolso Diretor cedido Mitsui	1.896	2.217
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	1.785.556	843.959

29. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos, advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as políticas e os processos para a mensuração e o gerenciamento de risco e de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar no seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como cobranças nos casos necessários. Cumpre destacar que, em se tratando das contas a receber de clientes, o risco de crédito é baixo devido à pulverização da carteira.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais. O não repasse dos aumentos do custo de aquisição do gás natural para a tarifa de venda em exercícios anteriores, devido à instabilidade regulatória, vinha reduzindo a liquidez da Companhia.

Em dezembro de 2021, foi assinada, pela Companhia, a contratação de financiamento junto ao BNDES, correspondente ao Projeto 5. O valor do contrato é de R\$ 180 milhões, o qual se destina ao financiamento do Plano de Investimentos da Companhia referente ao período de 2021 a 2023.

Os passivos financeiros não derivativos, principalmente, o contrato de fornecimento do Gás Natural junto ao supridor, possui prazo de vencimento médio de 25 dias.

O fluxo de caixa contratual compreende o valor do principal acrescido dos juros estimados. A seguir, demonstram-se os fluxos de caixa relativos aos passivos financeiros da Companhia.

	Saldo Contábil	Fluxo de caixa	Até 3 meses	4 meses a 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Arrendamentos	4.421	4.833	781	1.446	2.574	32	-
Empréstimos e financiamentos	95.832	97.241	4.817	11.695	32.847	40.288	7.594
Fornecedores	185.167	185.167	185.167	-	-	-	-
Total	285.420	287.241	190.765	13.141	35.421	40.320	7.594

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, que provocam impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA - SCGÁS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre financiamentos e aplicações financeiras, sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes. O cenário provável para 31 de dezembro de 2022 foi definido por meio de premissas disponíveis no mercado, e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando-se a variação entre as taxas relativas a 31 de dezembro de 2021 e as previstas para 31 de dezembro de 2022. Na análise, foi considerada uma variação de 25% e de 50% sobre os índices flutuantes.

Segue análise de sensibilidade quanto aos saldos de financiamentos e de aplicações financeiras.

Índice	Taxa em 31/12/2021 (%)	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
CDI	9,15	6,86	4,58
SELIC	9,25	11,56	13,88
TJLP	6,08	7,60	9,12

Item	Saldo em 31/12/2021	Exposição	Cenário possível - Δ 25%	Cenário remoto - Δ 50%
Ativo				
Aplicações Financeiras	25.218	CDI	1.731	1.154
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	49.005	SELIC	5.666	6.799
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	48.236	TJLP	3.666	4.399

(i) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco cambial no contrato de compra de Gás Natural firmado com o fornecedor Petrobras. A Companhia não utiliza contratos de derivativos para fazer frente a esse risco, visto que tais valores, de acordo com o Contrato de Concessão, devem ser repassados ao consumidor conforme mecanismo previsto na Resolução nº 073/2016 da ARESC.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não se utiliza de contratos de derivativos para fazer frente a esse risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

(iii) Risco Regulatório

Em 2020 entrou em vigor a resolução ARESC nº 164/20 (06/08/2020), que juntamente com a Nota técnica nº 005/2020 definiram a aplicação do valor da margem média bruta da SCGÁS em tarifa, correspondente a 0,3346 R\$/m³. Esta Resolução considerou o Anexo I do Contrato de Concessão. Em 2021 foi encaminhado o cálculo da revisão tarifária no mês de abril, sendo que a ARESC ainda não se pronunciou a respeito.

Referente ao mecanismo de repasse da parcela do custo do gás e do transporte em tarifas, a resolução nº 73/16 da ARESC vem sendo aplicada periodicamente. A ARESC ainda não se manifestou sobre a conclusão do procedimento da Consulta Pública nº 18/19.

Em 25 de março de 2021, a Companhia recebeu a decisão da ARESC, por meio do Ofício nº 270/2021, a qual informava que, a partir de março de 2021, os valores referentes à Penalidade por Retirada a Menor, à Penalidade por Retirada a Maior, aos Encargos de Capacidade e ao Preço do Gás de Ultrapassagem não seriam mais contabilizados na Conta Gráfica, apresentando, como justificativa, a falta de previsão Legal. A SCGÁS tem mantido discussões junto à ARESC, com o objetivo de garantir o repasse desses componentes do custos do gás às tarifas. O posicionamento da ARESC quanto ao assunto em pauta foi mantido até o fim do exercício social de 2021.
